

CLIPAGEM

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

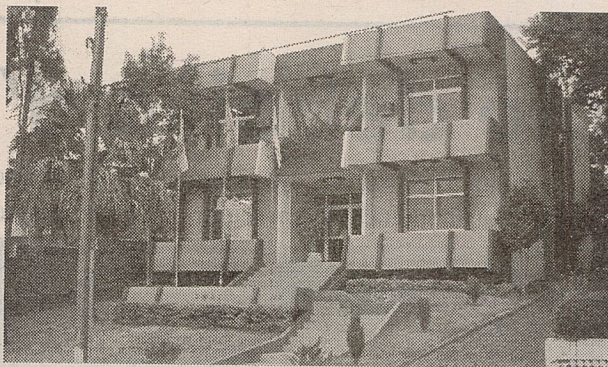
Veículo: Folha Regional

Data: 02/04/08

Eleições municipais são tema de palestra na sede da Amai hoje à tarde

Romeu Scirea Filho

Xanxerê – Para chamar a atenção e orientar agentes políticos, servidores públicos e assessores municipais sobre cuidados a serem adotados neste ano eleitoral, com destaque para os pontos mais importantes em relação ao calendário, propaganda eleitoral e outros, a Associação dos Municípios do Alto Irani (Amai) promove hoje, a partir das 16 horas, no auditório de sua sede em Xanxerê, palestra com o advogado publicista Dr. Ruy Espíndola. A palestra **“Eleições municipais 2008, vedações e calendário eleitoral”** tem inscrições gratuitas e é dirigida a prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, secretários municipais, assessores jurídicos e servidores públicos.



Divulgação

Palestra acontece na sede da Amai às 16h

O Dr. Ruy Espíndola possui Mestrado em Direito Público pela UFSC, Doutorado em Direito do Estado pela UFPR, e é professor de Direito Constitucional da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina, com destacada atuação no Direito Eleitoral, Constitucional, Administrativo, Municipal e Criminal da Administração

Pública. Conferencista nacional e internacional, Dr. Ruy Espíndola possui extenso currículo e é um dos cinco integrantes da comissão especial criada pelo Conselho Federal da OAB para apresentar projeto de reforma ao Congresso Nacional, com a finalidade de autorizar proposta de emenda constitucional de iniciativa popular.

CLIPAGEM

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

Veículo: O Diário

Data: 03/04/08

Amai promove palestra para orientar agentes públicos sobre Lei Eleitoral

Caciano Paludo



PRESIDENTE da Amai, Noeli Dal Magro e palestrante Ruy Espíndola falaram sobre eleições

CLIPAGEM**AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani**

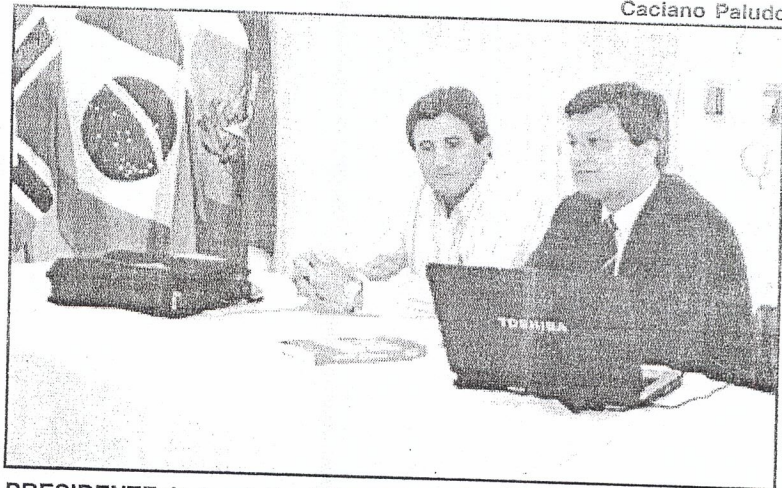
Veículo: O Diário

Data: 03/04/08

Amai promove palestra sobre Eleições Municipais, vedações e calendário eleitoral

Com objetivo de chamar a atenção e orientar os agentes políticos, servidores públicos e assessores municipais sobre os cuidados que devem tomar para a atuação neste ano eleitoral, destacando pontos mais importantes referentes ao calendário, propaganda, entre outros, a Associação dos Municípios do Alto Irani (Amai) realizou na tarde de ontem uma palestra com o advogado publicista Ruy Espíndola, que tem destacada atuação no direito eleitoral, constitucional, administrativo, municipal e criminal da administração pública.

Ruy colocou que os candidatos devem tomar cuidado com a confusão da propaganda política partidária, feita pelo partido como permite a Lei, em não promover uma única pessoa, pois além de render multas ao partido e ao candidato poderá responder por abuso do poder de comunicação social. "Com relação à publicidade institucional o período de vedação não inicia agora, mas a Justiça Eleitoral entende que está sendo feita com exceção e se de alguma forma promova direta ou indiretamente a autoridade pública que concorra à reeleição, tam-



Caciano Paludo

PRESIDENTE da Amai, Noeli Dal Magro e palestrante Ruy Espíndola

bém pode ser objeto de investigação ou abuso de poder político", declara Espíndola, destacando que exige um cuidado grande, não somente no que a Lei diz expressamente, mas a interpretação dos Tribunais Eleitorais. "O que eu alerto é que o político precisa primeiro conhecer a fundo a Legislação Eleitoral, depois sempre interpretá-la contra si próprio, não procurando driblar a Lei", acrescenta.

A campanha eleitoral inicia somente depois das inscrições das chapas, portanto qualquer campanha anterior não é permi-

tida, o candidato poderá sofrer sanções, além de multas que podem chegar a R\$ 50 mil e dependendo do volume de campanha até mesmo ter a candidatura impugnada.

O presidente da Amai, Noeli Dal Magro, prefeito de Lajeado Grande, destacou que a Amai tem grande preocupação com este tema e neste sentido organizou o evento. "Outro evento para capacitar, preparar e atualizar o servidor público nas questões relativas ao encerramento de mandato será realizado pela Fecam, em Joaçaba, hoje e amanhã", finaliza Dal Magro.

CLIPAGEM

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani


Veículo: Folha Regional

Data: 03/04/08

Política

Advogado orienta sobre legislação eleitoral

Página 04



Romeu Schira Filho

Ruy Spíndola palestrou para representantes dos municípios do Alto Irani

CLIPAGEM

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

Veículo: Folha Regional

Data: 03/04/08

Especialista em Direito Público alerta candidatos sobre a rigorosa legislação eleitoral em 2008

Romeu Scirea Filho

Xanxerê – “Na última eleição municipal do Brasil aconteceu um fenômeno muito interessante: na eleição de 2002, que foi estadual, muitas pessoas fizeram publicidade institucional no período vedado – três meses antes da eleição, e receberam apenas multa. Em 2004, muitos prefeitos que fizeram isso até outubro, até o dia da eleição, levaram multas e houve recursos a essas decisões. Só que o Tribunal Superior Eleitoral, no dia 27 de outubro – passados então 22 dias da eleição – mudou o entendimento. E passou a entender que a publicidade institucional no período vedado não levaria apenas à multa e sim à cassação do registro da candidatura de quem fez a publicidade ou se beneficiou com ela. Então, muito prefeito que estava na expectativa, em 2004, de levar uma multa, acabou sendo cassado. E isso continua valendo, com muito mais rigor agora.”

O esclarecimento e o alerta é do advogado publicista Dr. Ruy Espíndola, Mestre em Direito Público e Doutor em Direito do Estado, em palestra realizada ontem à tarde pela Amai, e direcionada a prefeitos, vereadores, advogados, assessores jurídicos, pré-candidatos e servidores municipais. O advogado foi o defensor do ex-prefeito de Ipuacu, já falecido, Arno de Andrade, em 2003, quando o mesmo foi reconduzido ao cargo de prefeito por decisão do Tribunal Superior Eleitoral, após ter sido cassado logo após o início de seu mandato.

Sobre a eleição de outubro, o palestrante sugeriu especial atenção para as



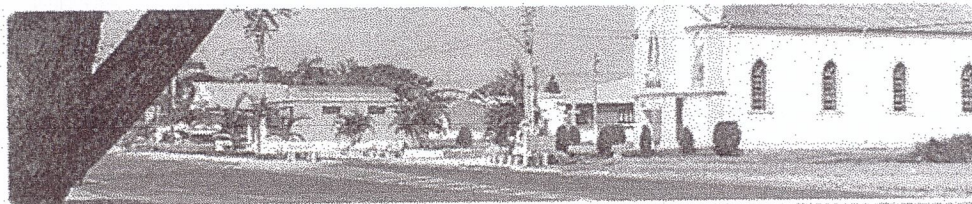
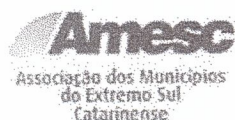
Romeu Scirea Filho

Palestra reuniu prefeitos e representantes dos municípios da Amai

contas de campanha: “A Lei 11.300, de maio de 2006, demanda dos candidatos muito cuidado com as contas de campanha. Quem arrecadar recursos e não declará-los, ou tiver recursos declarados pela lei como ilícitos, terá seu diploma negado ou cassado. Então, tanto a arrecadação como a aplicação de recursos de forma ilícita poderá fazer com que o candidato vitorioso nas urnas perca a oportunidade de assumir ou perca o mandato na Justiça Eleitoral”. Segundo Dr. Espíndola, o rigor da lei eleitoral “parte do próprio conflito político partidário. No direito eleitoral, quem mais atua acusando não é o Ministério Público, são os advogados, os integrantes das agremiações partidárias em disputa. A fiscalização é constante especialmente no ano da eleição. E acredito que a eleição deste ano vá ser a mais judicializada, onde mais conflitos judiciais ocorrerão.” Para ele, a partir do ano 2000, iniciou no Brasil um processo de rigor punitivo de condutas eleitorais ilícitas. “Esse processo alcançou um patamar bem elevado em 2004, quando a Justiça Eleitoral cassou 250 prefeitos em todo o país. E

acreditamos que neste ano aumentará significativamente o número de prefeitos, de candidatos a vereador e vereadores que terão, depois da eleição ou depois da posse de seus mandatos, problemas com a Justiça Eleitoral.”

O Dr. Ruy Espíndola atribui o aumento do rigor na aplicação da lei eleitoral a diversos fatores: “Em primeiro lugar, houve um aperfeiçoamento da legislação eleitoral; depois, houve um endurecimento da interpretação da legislação, rebocado por fatores de moralização, de maior combate à corrupção eleitoral. Isso é um engrandecimento da nossa democracia e demonstra um vigor das nossas instituições republicanas”. Estimulado a dar alguns conselhos a candidatos a prefeito e vereador nas próximas eleições, Dr. Espíndola recomenda o seguinte: “O primeiro conselho é: procure conhecer a legislação eleitoral; o segundo é: interprete ela sempre contra a si próprio, não queira pegar caminhos, seja adversário de si mesmo; e o terceiro é: tenha bons advogados em direito eleitoral quando o problema ocorrer, antes e depois”.

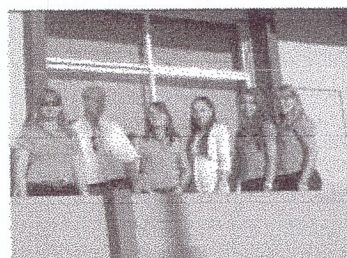


Associação dos Municípios do Oeste

AMESC
Municípios
A Região
ESPORTE
Mapas
Turismo
Downloads
Contato
Colegiados

09/04/2008 - Viagem pelo Oeste _ 2º Dia

"As visitas técnicas oportunizam estreitar o elo entre os profissionais da área e o contato com experiências vitórias, as quais poderão ser adaptadas à nossa realidade. Nosso foco não é imitar o Oeste, mas sim, aprender com as idéias já implantadas". É assim que a Assistente Social, Daiane Carvalho, analisa as visitas que a equipe da Amesc está fazendo pelas Associações de Municípios do Oeste catarinense.



Nessa quarta-feira (09), a comitiva conhece a Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC e a Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC. A comitiva já passou pela AMMOC - Joaçaba e pela AMAI, localizada em Xanxerê. Em 2007 os prefeitos da Amesc fizeram o mesmo percurso e trouxeram na bagagem, conhecimentos valiosos.

"Além do carinho com que somos recebidos, pudemos trocar experiências nessas primeiras associações que visitamos, pois também desenvolvem atividades que incentivam o esporte amador", destaca Aloísio Panata. Para a responsável pela Educação na Amesc, Paula Mendes, a meta é conhecer o departamento de educação das associações e seus profissionais e observar os métodos que utilizam para trabalhar.

A nutricionista Luisete Bandeira afirma que na alimentação escolar a troca de informações é fundamental. "Um pequeno detalhe como uma medida adotada por um profissional é a solução para o problema de outro. São dificuldades semelhantes encaradas por mais de uma visão e, a troca de idéias é uma ótima oportunidade para se ter maior qualidade na prática", destaca.

Quem está aproveitando todos os pontos da viagem é Cristiane Tonetto Biléssimo, que coordenado o setor de turismo e meio ambiente da Amesc. "Minha meta é o intercâmbio de conhecimento no setor de turismo e meio ambiente que englobam as associações visitadas. A troca de experiências é fundamental para interagir com outras cidades, para que possamos descobrir exemplos que deram certo e tentarmos aplicar, dentro das nossas particularidades locais", diz Cristiane.

Asscom Amesc - Michele Fernandes

Galeria de Fotos



CLIPAGEM

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

Veículo: O Diário

Data: 11/04/08

Reforma Tributária é analisada em reunião da Fecam na Expo-Femi



Caciano Paludo

SECRETÁRIO Regional, presidente da Fecam, prefeito de Xanxerê e presidente da Amai

CLIPAGEM

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

Veículo: O Diário

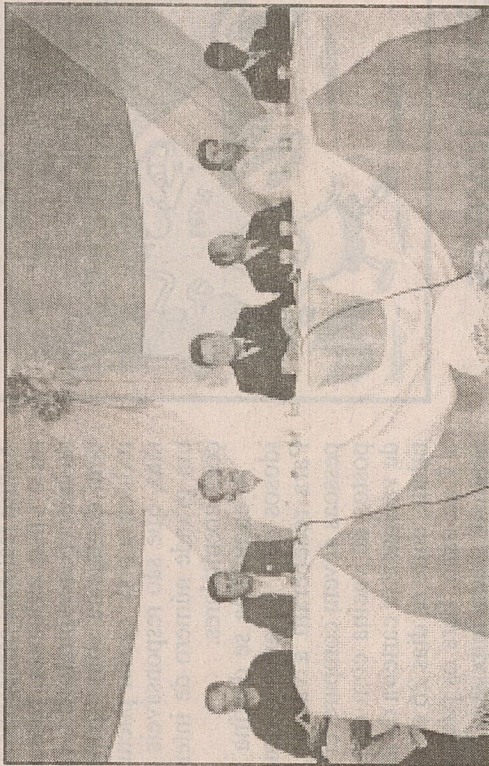
Data: 11/04/08

Assembléia da Fecam na Expo-Femi 2008 debate Reforma Tributária

Cerca de 80 prefeitos catarinenses estiveram mobilizados na tarde de ontem na Assembléia Geral Extraordinária da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), durante a Expo-Femi, no auditório da Secretaria Municipal da Agricultura. O evento teve como objetivo debater a Reforma Tributária, que na visão dos prefeitos necessita de revisão por parte do Governo Federal para evitar prejuízos nas receitas municipais.

Segundo o presidente da Fecam, Dávio Leu (D25), prefeito de Massaranduba, que coordenou a assembléia e destacou que a intenção principal foi justamente antecipar e propor sugestões à Proposta de Emenda Constitucional nº. 233/08 apresentada pelo governo no Congresso. Uma das reivindicações que consta no documento é em relação ao Imposto sobre Valor Agregado (IVA-F). "Alertamos que a base de arrecadação do IVA-F é a mesma do ISS de competência municipal e do CMS que é estadual e municipal", explica o presidente, ressaltando ainda o imposto incluído

Caciano Paludo



PREFEITOS aprovaram reivindicações para os municípios

rá, conforme redação do dispositivo, sobre bens e prestação de serviços, que é o fator gerador do ISS e do ICMS. "Isso pode ser interpretado como bi-tributação, onde o mesmo serviço é cobrado pela União, Estados e municípios", relata.

Além da apresentação do documento na íntegra para os prefeitos, foram aprovadas as seguintes reivindicações:

Em relação à criação ao IVA-F, 1 - Preservar o Imposto sobre Serviços de Qualquer

Sobre o novo ICMS: a) Não desmembramento da Reforma Tributária. Garantia de que o FER recomponha as perdas com a Lei Kandir, a extinção do Auxílio para o Fomento das Exportações (FEX) e as perdas com a mudança da cobrança do tributo para o destino.

Política Nacional de Desenvolvimento Regional: a) Ampliação do limite de 5% para 40% de destinação de recursos do FNDR para as regiões Sul e Sudeste.

Desconstitucionalização do Rateio do ICMS aos municípios: a) Manutenção do dispositivo constitucional que determina o percentual de rateio de 75% do ICMS com base no valor adicionado de cada município. b) Estabelecimento, em lei complementar, de parâmetros nacionais a serem observados pela lei estadual que regulamentar a forma de rateio dos 25% restantes. c) Adequação da Lei Complementar nº 63/90 às novas realidades, a fim de corrigir distorções na forma de apuração do valor adicionado dos

municípios que serão levadas à 11ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, na próxima semana, de 15 a 17 de abril.

O prefeito de Lajeado Grande Neoli Dal Magro (PP), presidente da Amai, ressaltou que esta foi uma oportunidade importante para trazer o debate e dar encaminhamentos para a 11ª Marcha a Brasília. "Sabemos que a Reforma Tributária, como está, levando a votação PEC 233/08 o Estado vai perder em torno de R\$ 4 bilhões e os municípios deixarão de arrecadar em torno de R\$ 1 bilhão por ano. Daqui saiu a proposta que será levada até a Confederação Nacional dos Municípios e lá junto com a bancada catarinense discutir, para dar encaminhamentos", ressalta Noeli.

Outros pontos debatidos na assembléia foram: Fixação e atualização das contribuições financeiras à Fecam; Defesa Civil; Apresentação do Projeto de Municípios Multiconferência da Fecam, Egem e Associações dos Municípios; além do lançamento do Diário Oficial dos Municípios catarinenses.

CLIPAGEM

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

Veículo: Folha do Alto Irani

Data: 11 e 12/04/08

Prefeitos catarinenses se reúnem na Expo Femi

Em sessão extraordinária, eles discutem sugestões à proposta de reforma tributária

Bruna Deitos

A Federação Catarinense de Municípios (Fecam) realizou ontem sessão extraordinária na Expo Femi. A pauta era discutir o impacto da reforma tributária nos municípios do Estado. A proposta do governo federal está tramitando no Congresso Nacional.

De acordo com o presidente da Fecam Dávio Leu, é preciso discutir o momento que será cobrado. "Em um primeiro momento é necessário entender as competências das três esferas", afirma. Para depois poderem chegar a um acordo que não prejudique os municípios brasileiros.

Ele explica ainda que para os municípios catarinenses a proposta de Emenda Constitucional nº 233/08 "cer-

tamente vai trazer prejuízo". "Os prefeitos querem fazer o melhor para sua comunidade, para seu município, mas sem verbas, isso se torna mais difícil", enfatiza o presidente. Por isso eles se reuniram com o objetivo de propor sugestões à proposta.

Após os prefeitos chegarem a um acordo das possíveis sugestões, eles farão uma marcha até Brasília no dia 15 de abril. Eles pretendem com isso esclarecer e pressionar os deputados e senadores que representam Santa Catarina para que votem com consciência.

Na sessão extraordinária estiveram presentes cerca de noventa pessoas entre prefeitos, secretários executivos e associações de municípios.



Prefeitos aprovam documento sobre Reforma Tributária

A proposta aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Federação Catarinense de Municípios (FECAM) realizada no dia 10 de abril em Xanxerê durante a Expo Femi, será levada à 11ª Marcha dos Prefeitos à Capital Federal.

Os prefeitos catarinenses pretendem evitar que a Reforma Tributária encaminhada pelo governo federal ao Congresso Nacional possa agravar a situação dos municípios e gerar perda de arrecadação. O encontro sediado no Parque de Exposições Rovillo Bortoluzzi, reuniu os prefeitos de todo o Estado e serviu para redigir um documento que expressa o posicionamento dos municípios em relação à Reforma.

A 11ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, será realizada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), no dia 15 de abril. Os prefeitos catarinenses estarão reunidos com a bancada parlamentar catarinense. Para subsidiar a decisão política dos prefeitos em relação à proposta dos municípios, a FECAM apresentará um estudo sobre a Proposta

de Emenda à Constituição (PEC) 233/08, que trata da Reforma Tributária, onde para cada ponto que afeta as finanças municipais a Federação propõe um ajuste no texto.

Os principais pontos que preocupam os prefeitos são: a tributação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA-F), a criação do novo ICMS, a política de desenvolvimento regional que estabelece o Fundo de Desenvolvimento Regional e o rateio do ICMS. Segundo o presidente da FECAM, Dávio Leu, prefeito de Massaranduba, o documento com o posicionamento dos municípios em relação à Reforma será entregue aos senadores e deputados federais.

"É importante que os parlamentares catarinenses conheçam os artigos PEC 233/08, que podem afetar diretamente a receita dos estados e municípios", disse. O presidente destaca que pelas análises iniciais a proposta do governo federal para a Reforma Tributária tem uma grande possibilidade de aumentar a arrecadação e arrecadação da União.



Prefeitos temem a perda de arrecadação se o atual texto da reforma for mantida

CLIPAGEM

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

Veículo: Gazeta Regional

Data: 05 a 11/04/08

Prefeitos aprovam documento sobre Reforma Tributária em Xanxerê

MB Comunicação



Os prefeitos catarinenses querem a revisão da Reforma Tributária em quatro pontos. Hoje (10), eles aprovaram em Assembléia Geral Extraordinária da Federação Catarinense de Municípios (FECAM), um documento com as principais reivindicações dos municípios que será entregue à bancada parlamentar catarinense na próxima terça-feira (15), na 11ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Mais de 84 prefeitos e secretários executivos de associações microrregionais participaram do encontro, que aconteceu no auditório do Pavilhão da Agricultura na Festa Estadual do Milho (FEMI), em Xanxerê. A festa encerra no próximo domingo (13).

Os pleitos dos municípios propõem alterações na cria-

ção e partilha do Imposto sobre Valor Agregado (IVA-F), na implementação do novo Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), na adoção da nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional e nos critérios de rateio do ICMS.

O presidente da FECAM, Dávio Leu, prefeito de Massaranduba, destacou que a intenção dos prefeitos é de sensibilizar os parlamentares em relação aos pleitos e garantir que os municípios não percam arrecadação com o novo sistema tributário nacional. Ele explica que a Proposta de Emenda Constitucional nº 233/08, cria novos impostos e propõe um novo sistema de partilha de contribuições, que pode afetar a arrecadação do ISS e do ICMS e diminuir o repasse do FPM. "Para muitos

municípios, as transferências constitucionais representam mais de 80% da totalidade de suas receitas, de modo que variações bruscas destes repasses repercutem significativamente nas ações e serviços prestados pela administração pública municipal", disse.

Na avaliação do presidente da FECAM, a proposta da Reforma Tributária acentuou mais a guerra fiscal entre os três entes federados, em especial, entre municípios e União. "Infelizmente, a proposta da lado a pior guerra fiscal, aquela que realmente amarra, impede a execução de serviços públicos de qualidade e, conseqüentemente, impede o desenvolvimento desse país. Não se trata da guerra fiscal entre os Estados, a despeito do ICMS, nem da guerra fiscal entre os municípios, sobre os benefícios fiscais do ISS, mas da guerra fiscal entre os três entes federados, em especial, entre municípios e União: pela desconcentração dos recursos financeiros, pela partilha justa do bolo tributário e por um verdadeiro Pacto Federativo, capaz de fazer justiça entre distribuição de competências e definição das fontes de recursos para custeá-las", defende.



CLIPAGEM

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

Veículo: Folha Regional

Data: 11/04/08

Assembléia da Fecam aprova documento sobre reforma tributária a ser entregue na marcha de prefeitos a Brasília

Romeu Scirea Filho

Xanxerê - Em assembléia geral extraordinária da Federação Catarinense de Associações de Municípios (Fecam), realizada ontem no auditório do Parque Rovillo Bortoluzzi, prefeitos ou representantes das 21 associações do estado debateram as propostas dos municípios sobre a reforma tributária que tramita no congresso nacional. O documento com as resoluções da assembléia será entregue ao governo federal e à

bancada parlamentar catarinense em Brasília, durante a 11ª Marcha em Defesa dos Municípios, marcada para acontecer a partir de terça-feira próxima, 15 de abril, até o dia 17. O presidente da Fecam, prefeito de Massaranduba, Dávio Leu, que coordenou a assembléia, considerou importante o encontro, "para os municípios não serem colhidos de surpresa pelo governo federal. Nós constituímos um grupo de trabalho pela Fecam, integrado por tributaristas e técnicos da área e das associações, para fazermos um estudo da proposta que o governo enviou ao congresso, pois existem muitos pontos obscuros e surpresos. Esse estudo nos será apresentado hoje nessa assembléia, para discussão entre os prefeitos e tomarmos um posicionamento. A reforma terá como principal pauta a reforma tributária, e daqui sairá nossa posição a respeito dela". Para o presidente da Fecam, "o documento que sairá daqui deve causar repercussão nacional, porque o municipalismo de Santa Catarina tem ocupado espaço ímpar a nível de federações no país. E a bancada catarinense, que também receberá o documento, vai poder sentir a preocupação dos administradores municipais, uma vez que eles irão votar a reforma. Eles não poderão alegar desconhecimento ou que não foram alertados", avisou Dávio.

Ele considera que dois pontos da PEC são especialmente controversos: "O primeiro é a unificação da legislação do ICMS, que é um ponto positivo. Acaba com a guerra fiscal e com o assédio entre um estado e outro em busca de empresas ou transferência. A preocupação é que o ICMS



Cerca de 100 prefeitos participaram do encontro

será recolhido no estado consumidor. Isso significa prejuízo para Santa Catarina, que é um estado altamente produtor. Outro ponto importante é o IVA (Imposto sobre Valor Agregado) federal, que inclui vários tributos e, entre eles, o Imposto Sobre Serviços (ISS), que hoje é arrecadado pelos municípios. Se o governo federal passar a arrecadar esse tributo, quando ele chegar ao município, ele virá corroído. E se o município continuar a arrecadar também o ISS, isso seria bitributação, o que a constituição não permite. Nós precisamos clarear esses pontos e levá-los à nossa bancada federal", avisa o presidente da Fecam.

Sobre a possibilidade de os municípios perderem, com a reforma tributária, ainda mais recursos na divisão com a união e os estados, Dávio Leu lembra que está exercendo "pela quarta vez o mandato de prefeito pela mesma cidade e pelo mesmo partido político. Não vi governo algum encaminhar proposta de reforma tributária que abrisse mão de sua receita. E pela voracidade tributária que o atual governo tem demonstrado nos últimos anos, certamente essa proposta também tem sua tendenciosidade e não vai contemplar os municípios com melhorias de receita. Por isso estamos firmando o pé, estamos discutindo a proposta, para levar a nossa proposta a Brasília. Não existe um ensaio a nível de país e nós não sabemos que reflexo teremos aqui no Sul, nem no Norte, nem no país. Se São Paulo, que é um estado consumidor, tiver benefício, os demais estados acima de São Paulo também terão, porque são consumidores", conclui Dávio.

O presidente da Associação dos Municípios do Alto Irani (Amai), prefeito de Lajeado Grande, Noeli Dal Magro, anfitrião da assembléia, salientou a importância do debate antecipado em torno da reforma tributária como forma de evitar prejuízos ainda maiores na nova divisão do bolo tributário. "Vamos elaborar e aprovar a proposta de Santa Catarina para a reforma tributária, que, do jeito como está colocada pelo governo federal, é inviável para nosso estado. Conforme estudos realizados, do jeito que está a reforma, vai provocar prejuízos de R\$ 4 milhões por ano para Santa Catarina, se a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 233/08 for aprovada como está. Deste total, ainda conforme os estudos, os municípios perderão cerca de R\$ 1 milhão por ano", informou Dal Magro.

Pela legislação tributária em vigor, o governo federal fica com 64% do total de impostos arrecadados; os estados, com 22,5%; e os municípios, com apenas 13,5%. O presidente da Amai alerta que uma das mudanças previstas na PEC que preocupa o estado é em relação ao ICMS, "que passaria a ser creditado para o comprador e não mais para o vendedor, como é hoje. Como Santa Catarina é um estado exportador, ele vai ser prejudicado, e essa perda também pode se refletir nos municípios". O documento será entregue também à Confederação Nacional dos Municípios. Dal Magro fez questão de agradecer a presença em Xanxerê dos cerca de 100 prefeitos e prefeitas de todas as regiões do estado presentes à assembléia, que também puderam conhecer a Expo Femi.

CLIPAGEM

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

Veículo: Folha Regional

Data: 13 e 14/04/08

Governo e municípios discutem ações para a resposta aos desastres naturais

Xanxerê - Prefeitos e representantes das Associações de Municípios de Santa Catarina, reunidos na quinta-feira, em encontro da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), em Xanxerê, discutiram, entre outros assuntos, as ações da Defesa Civil do Estado (Dede) e das coordenadorias municipais de Defesa Civil frente aos desastres. O diretor do Dede, capitão Márcio Luiz Alves, ressaltou a importância do investimento municipal nas estruturas de Defesa Civil. "O município precisa estar preparado diante da ocorrência de qualquer desastre, pois os eventos adversos são cada vez mais comuns em Santa Catarina", disse.

Conforme Alves, o estado tem atendido rapidamente às emergências e necessidades dos municípios, porém, quando os decretos de situação de



Romeu Scirea Filho

Discussão aconteceu durante assembléia da Fecam realizada na Expo Femi

emergência são encaminhados para o reconhecimento de Brasília, a falta de conhecimento técnico de algumas prefeituras e a burocracia da União acabam prejudicando a liberação e o repasse de recursos.

O tratamento desigual entre o Sul e o Nordeste do Brasil, bem como o excesso de burocracia exigida pelo governo federal foram alguns dos assuntos questionados pelos municípios. "Ser o

'Sul maravilha' também prejudica, pois muitas vezes acabamos ficando de fora de investimentos importantes", ressaltou Alves.

O presidente da Fecam, prefeito de Massaranduba, Dávio Leu, enfatizou a necessidade da união dos municípios para exigir tratamento igualitário e desburocratização nos processos de reconhecimento dos decretos de situação de emergência.

CLIPAGEM

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

Veículo: Folha Regional

Data: 15/04/08

Territórios da Cidadania? Nós fora, como sempre!

Enquanto isso, em Florianópolis, hoje o governo Lula lança o único "Território da Cidadania" no estado catarinense, que vai abranger 29 municípios, sendo 14 deles - quase a metade - exatamente os do Alto Irani, com o prefeito Avelino Menegolla integrando o Comitê de Articulação Estadual, na condição de representante da região. O programa será implantado em 60 regiões menos desenvolvidas de todos os estados e, segundo o Ministério do

Desenvolvimento Agrário, terá dinheiro a dar com pau.

Como mostram projetos que devem ser anunciados hoje, para os municípios de Ipuacu, Abelardo Luz, Entre Rios, Coronel Martins, Galvão, Jupiá, num total de R\$ 506 mil. Cobras e Lagartos não recomenda perguntar se Xanxerê vai ganhar algum recurso. E muito menos querer descobrir se existe algum projeto "em andamento" para evitar pessimismo maior...

CLIPAGEM

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

Veículo: O Diário

Data: 15/04/08

Colegiado do Territórios da Cidadania será formado hoje

Arquivo OD

O coordenador do Colegiado Territorial da região do Meio Oeste Contestado, Valdir Zembruski está em Florianópolis, onde participa, hoje, a partir das 8h30, na Epagri, da formação do Colegiado dos órgãos governamentais dos Territórios da Cidadania. Serão 16 membros do governo federal, 10 do governo estadual e dois prefeitos da região. Também será formada a Executiva com três representantes do governo federal, dois do governo estadual e um prefeito da região.

O representante da região da Amai é o prefeito de Xanxerê, Avelino Menegolla e o suplente o prefeito de Coronel Martins, Ademir Madala. A região da Amoc é representada pelo prefeito Antonio Bissani, de Água Doce, e a suplente é a prefeita Maria Carlesso, de Luzerna.

Além do ato de formação do

**ZEMBRUSKI participa da reunião**

colegiado, foram convocados os prefeitos dos 29 municípios que integram a região para discutir a efetivação de 57 ações.

Territórios da Cidadania - O Territórios da Cidadania é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais do Governo Federal realizada em parceria com os governos estaduais e municipais e a sociedade. Lançado nacionalmente pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em fevereiro, o programa irá levar um conjunto de ações integradas de 19 ministérios para regiões com baixos índices de Desenvolvimento Humano (IDH).

As ações irão beneficiar mais de dois milhões de famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, de pescadores e de comunidades tradicionais em 958 municípios. O investimento para 2008 é de R\$ 11,3 bilhões.

CLIPAGEM**AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani**

Veículo: Folha Regional

Data: 25/04/08

ISS deve ser nova fonte de receitas dos municípios

Em boa hora a Federação Catarinense de Associações de Municípios e a Amai estão instalando na região o Confaz-M, braço municipal do Conselho Nacional de Política Fazendária, que vai, entre outras metas, disciplinar e padronizar o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), popular ISS. Diante do tratamento historicamente injusto dado pelos governos federais aos municípios – que vivem de pires na mão em incontáveis marchas a Brasília –, estava mais que na hora de as administrações municipais, as associações de municípios e a Fecam buscar o que de direito lhes cabe (ver matéria nesta edição). E isso sem que os municípios tenham que criar nenhum novo tributo, mas sim fazendo valer o que a lei já determina. É lógico que o caminho para isso não será fácil: uma ação que tramita no Tribunal de Justiça do Estado, ajudada pela Fecam, prevê que concessioná-

rias de máquinas e equipamentos agrícolas passem a recolher aos municípios onde estão instaladas o ISS sobre a venda dos produtos, com alíquota que deve girar em torno de 3%. Uma colheitadeira, por exemplo, pode custar R\$ 300 mil. No município de Tubarão, Sul do estado – que não tem na agricultura a mesma força que nossa região tem –, a prefeitura arrecadou com o ISS sobre contratos de leasing de máquinas agrícolas a “mixaria” de R\$ 4,5 milhões em um ano. Em Xanxerê, ainda sem os efeitos da atuação do Confaz-M, a arrecadação do ISS hoje significa algo em torno de 8% da receita do município. Quanto a questionamentos prováveis de futuros contribuintes, cabe lembrar que o ISS é o único tributo que é arrecadado e **fica integralmente no município**. Ou seja: qualquer contribuinte também terá direito (como já tem) de fiscalizar onde e como o imposto está sendo investido...

CLIPAGEM

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

Veículo: O Diário

Data: 25/04/08

Reunião discutiu a instalação oficial do Confaz e projetos tributários

Na manhã de ontem secretários de Fazendas dos municípios da Amai, que compõem o Conselho de Órgãos Fazendários da Amai (Confaz), se reuniram para debater diversos assuntos relacionados à tributação dos municípios e o fortalecimento e instalação oficial do Confaz, agregando os segmentos relacionados à questão tributária, para ter efetivamente na Amai um mecanismo forte

e unificado de cobrança entre os municípios, buscando atrair investimentos de outras regiões.

O principal ponto de pauta foi sobre o projeto do Registro Mercantil Integrado (Regin), programa que está sendo implantado em conjunto entre Fecam, municípios e a Junta Comercial do Estado, para possibilitar a regularização e principalmente agilizar o processo de abertura de novas empresas. "Está se estabelecendo através da Fecam e a Junta Comercial do Estado uma parceria com a Brasil Telecom, para facilitar aos municípios o recebimento de equipamentos com o Regin instalado, serão 300 máquinas no Estado já com o Software ins-



SECRETÁRIOS da Fazenda da Amai

talado para atuar. Nossa preocupação na Amai é de que os municípios ainda não estão adequados com o Cadastro Nacional de Atividade Econômica (Cnae), o que deve ser estruturado para que possa aderir o Regin, o que reduzirá a burocracia", explica Alcione Vergil, coordenador provisório do Confaz.

A Reforma Tributária também foi debatida, para que a partir da instalação do Confaz seja definida uma data, até no máximo no início de junho, para que o Relator da Reforma Tributária na Câmara, deputado Antonio Palocci, para apresentar a proposta em um evento amplo, que será aberto também a empresários e à população in-

teressada. "Estamos percebendo que há possibilidade dos municípios perderem arrecadação com a Reforma Tributária, o que nos deixa em situação muito difícil. Por isso a preocupação nesse debate e apresentar as propostas pertinentes aos municípios", salienta Alcione.

Outro ponto discutido foi a cobrança de ISS nos contratos de leasing,

pois está para ser julgada ação no Tribunal de Justiça do Estado em que a Fecam é parte interessada, que possibilita tal cobrança, não somente de máquinas agrícolas, veículos, entre outros equipamentos, o que é substancial em termos de arrecadação dos municípios. "Temos um exemplo de Tubarão que há três anos arrecadou mais de R\$ 4 milhões, embora aja contestação, e é um município que não tem base agrícola, que tem maior valor agregado", resalta Vergil.

A cobrança de ISS de cartórios que é obrigatória e a Ação Civil Pública contra a cobrança da Cosip, também foram debatidas na reunião.

CLIPAGEM

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

Veículo: Folha Regional

Data: 25/04/08

Política

**Amai agiliza
instalação de
Conselho de
Política Fazendária**

Página 04



Conselho propõe ações que possibilitem melhorar a arrecadação municipal

Romeu Sáfrea Filho

CLIPAGEM

AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani

Veículo: Folha Regional

Data: 25/04/08

Amai agiliza instalação de Conselho de Política Fazendária para os municípios

Romeu Scirea Filho

Xanxerê - "O que estamos discutindo efetivamente é o fortalecimento do Confaz Municipal. Queremos agregar outras áreas, os contadores das prefeituras e todos os segmentos relacionados à questão tributária para que tenhamos na Amai um mecanismo forte e unificado de cobrança entre os municípios. Temos que nos dar as mãos para atrair investimentos de outras regiões para cá, e não brigamos internamente. Somos 14 municípios unidos, trabalhando juntos, para trazer de fora para cá, e não daqui para fora." A declaração do secretário municipal de Administração e Finanças de São Domingos, Alcione Vergil, dada ontem pela manhã, após reunião com diversos colegas seus, secretários municipais da região, na sede da Amai, praticamente anuncia a criação do importante conselho de secretários municipais de Administração e Fazenda dos municípios do Alto Irani, chamado de Confaz-M, do qual Alcione é o coordenador provisório. O Confaz-M é o braço municipal dos Conselhos Nacional e Estadual de Política Fazendária. "O próximo passo (para a efetivação do Confaz) será na próxima reunião dos prefeitos, que estabelecerá o Confaz como um órgão da Amai, a exemplo do que já acontece com colegiados de outras áreas. A partir disso, teremos uma pauta de trabalho e uma agenda permanente no sentido de auxiliar os prefeitos em uma série de situações, não apenas auxiliando na questão da legislação, mas auxiliando na questão de o Poder propor ações que possibilitem melhorar a arrecadação municipal, sem majoração da carga tributária", acrescenta Alcione.

Segundo ele, os trabalhos do Confaz não pleiteia nenhum aumento da carga tributária: "Estamos pleiteando a



Romeu Scirea Filho

Encontro aconteceu na manhã de ontem na sede da Amai

manutenção do que existe, sabemos que o município é penalizado com uma série de impostos. Mas hoje os municípios estão subsidiando vários programas federais e estaduais. Os municípios estão entrando com 30%, 40% em alguns programas, uma contrapartida muito maior do que deveria ser. Então nós queremos acertar na Amai a matriz de fiscalização, legalizar o que existe, cobrar adequadamente e fazer com que a sociedade veja o resultado, isso é fundamental". O Confaz-M é um instrumento regional semelhante a outros já criados e em franca atividade, por exemplo, nas áreas de saúde e educação, com a diferença de que estes cuidam da aplicação de receitas municipais, enquanto que o Confaz-M irá cuidar da aplicação de leis já existentes, que possibilitam o crescimento das receitas municipais, especialmente obtidas com a cobrança de ISSQN, mais conhecido como ISS. Na prefeitura de Xanxerê, por exemplo, a arrecadação com o ISS corresponde hoje a cerca de 8% da receita mensal do município. A instalação do Confaz-M nos municípios do Alto Irani também atende à proposta aprovada durante a assembleia geral do Confaz Estadual, realizada pela Fecam e pela Amai em Xanxerê, no dia 11 de abril passado.

Na reunião de ontem, que teve a participação de secretários das administrações municipais de Xanxerê, São Domingos, Ponte Serrada, Passos Maia, Ipuacu, Entre Rios e Xaxim, os assuntos tratados foram: a implantação, pela Fecam e pela Junta Comercial do estado, do Registro Mercantil Integrado (Regin), que objetiva agilizar os registros de implantação de micros e pequenas empresas, programa que conta com a parceria da Brasil Telecom; a reforma tributária em tramitação no Congresso Nacional, com a possibilidade de trazer à região do Alto Irani o relator da Comissão da Reforma, deputado e ex-ministro Antônio Palocci, para palestra a prefeitos e empresários sobre o tema; a cobrança de ISS sobre contratos de leasing para aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, tema que é objeto de ação no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, proposto pela Fecam; e a ação civil pública, proposta pelo Ministério Público do Estado no Tribunal Regional da Justiça Federal, em Porto Alegre, para desvincular a cobrança da Contribuição de Iluminação Pública (Cosip), feita pelas prefeituras, das faturas de consumo de energia elétrica.